



Classica - Revista Brasileira de Estudos
Clássicos

ISSN: 0103-4316

revistaclassica@classica.org.br

Sociedade Brasileira de Estudos
Clássicos
Brasil

Lins Brandão, Jacyntho
A FUNDAÇÃO DA SBEC (relato memorialístico)
Classica - Revista Brasileira de Estudos Clássicos, vol. 33, núm. 2, 2020, pp. 225-233
Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos
Belo Horizonte, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=601770922010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

re^oalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A FUNDAÇÃO DA SBEC (RELATO MEMORIALÍSTICO)

THE FOUNDATION OF SBEC (MEMORIAL REPORT)

Jacyntho Lins Brandão*

*Professor Emérito,
Universidade Federal
de Minas Gerais.
Membro da Academia
Mineira de Letras.
Professor Visitante,
Universidade Federal
de Ouro Preto.

linsbrandao@gmail.com



Recebido em: 03/12/2019

Aprovado em: 23/12/2019

Mais de uma vez me foi pedido que relatasse por escrito a fundação da nossa Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, o que sempre posterguei, um pouco por não saber que tom dar ao texto. De uma forma objetiva, o relato está feito por nossa colega Zélia Ladeira Veras de Almeida Cardoso, em texto detalhado, disponível no *site* da Sociedade, o qual percorre não só os anos de fundação, como os posteriores, constituindo, se posso dizer assim, a nossa memória oficial. Para fazer algo que não redunde em mera repetição do que está já bem contado, decidi assumir um viés memorialístico, dando um simples depoimento, que, apesar de escrito, deixo aqui com a liberdade de quem depõe para projetos de história oral. Espero que esse primeiro movimento que faço, por pedido de nossa ex-presidente, Tatiana Oliveira Ribeiro, se torne um motivo para que a SBEC recolha outras memórias pessoais, a fim de que, na soma delas, venha a constituir-se um nosso memorial compartilhado.

PRÉ-HISTÓRIA

A memória da fundação tem, como tudo, uma pré-história e começo por ela, já se verá por quê. Em 1983 eu era chefe do Departamento de Letras Clássicas da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, onde era professor desde 1977. Conversando com meu colega Daniel Alvarenga, chefe do Departamento de Linguística e Teoria da Literatura, ele externou que gostaria de fazer um congresso nacional de linguística, ao que logo ajuntei o quanto a ideia era boa – estávamos no final da ditadura

militar, quando vários setores da sociedade ensaiavam encontros e articulações depois dos anos de brutalidade –, uma ideia tão boa que me deu outra ideia, a de fazer o mesmo nos estudos clássicos. O congresso de linguística não aconteceu, mas passamos a conversar, no Departamento de Letras Clássicas, sobre o nosso, com a adesão de outros professores, em especial Neiva Ferreira Pinto, Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa, Rúbio Dias Ribeiro e Daniel de Carvalho Gonçalves. Tínhamos um reitor filósofo, José Henrique Santos, professor de filosofia moderna, que desde seu mandato como vice-reitor, na gestão anterior, insistia que nosso departamento devia propor algo que recuperasse a “centralidade dos estudos clássicos na universidade” (palavras dele), ou seja, internamente a situação era favorável, tanto em termos da universidade como da faculdade. Desde a primeira conversa, José Henrique Santos apoiou o projeto, ainda que lembrando que a universidade não tinha recursos para bancar a realização (nosso problema de sempre). Todavia, me encaminhou à pró-reitora de pesquisa, Glaura Vasques de Miranda, professora da Faculdade de Educação, de quem fiquei sabendo, dentre outras coisas, que poderia pedir o patrocínio do CNPq, mostrando-me ela, inclusive, os formulários que devíamos preencher. Nunca esqueci que perguntei: “mas o que podemos pedir?” – e a resposta tão boa e tão certa: “peça tudo”.

Então o departamento decidiu oficialmente que o congresso seria feito, marcamos a data para maio de 1984, batizamos o evento de 1º Congresso Nacional de Estudos Clássicos (depois de hesitar se seria de “Letras Clássicas” ou mais abrangente) e escolhemos como tema “O mito de Édipo”. Essa última escolha foi intencional, no sentido de congregar não só classicistas, como também outros estudiosos que trabalhassem aspectos da tradição clássica – isso sendo parte do esforço que o nosso Departamento de Letras Clássicas vinha fazendo para interagir com os outros departamentos da Faculdade de Letras. Eneida Maria de Souza, professora de Teoria da Literatura, por exemplo, vinha de dar um curso justamente sobre o mito de Édipo, os trabalhos produzidos por ela e pelos alunos tendo sido apresentados no congresso; um pouco antes, havíamos feito um seminário sobre o mito de Hipólito, que ia de Eurípides a Racine, com nossa colega de literatura francesa, Cleonice Paes Barreto Mourão.

Foi tudo muito rápido: no começo do ano foi distribuída uma circular e tudo era já para maio. O estado de ânimo do departamento pode-se dizer que era bom: no nosso pequeno grupo de doze professores, havia quem achasse que o risco de dar errado era grande, mas havia outra parte, um pouco maior, que achava que era um bom risco a correr. Quer dizer: todos concordávamos com o risco, o que era uma primeira concordância que nos unia, suficiente para nada nos atrapalhar.

Quando se fala de distribuir uma circular, é preciso modalizar isso temporalmente. É claro que não havia nada de Internet e tudo se fazia pelo correio. Nós não conhecíamos nem os colegas de clássicas de Juiz de Fora, tão ao lado de Belo Horizonte, e tínhamos um contato muito incipiente com a Universidade de São Paulo, onde eu estava começando meu doutorado, em 1984 mesmo, e com a Universidade Estadual Paulista de Araraquara, donde vinha nossa colega Neiva Ferreira Pinto. A estratégia foi enviar a notícia – sempre pelo correio – a algumas pessoas-chave, que, tendo publicado livros ou sendo conhecidos por sua atuação em suas universidades, serviriam também para alcançar outras. Assim, José

Cavalcante de Souza, catedrático de grego da Universidade de São Paulo; Daisi Malhadas e Alceu Dias Lima, ambos de Araraquara; Donald Schöler, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de que conhecíamos o livro *Aspectos estruturais na Ilíada*; Ana Lúcia Silveira Cerqueira, da Universidade Federal Fluminense, que havia publicado uma tradução da *Teogonia* de Hesíodo; Ênio Aloísio Fonda, da Universidade Estadual Paulista de Assis, que tinha publicações sobre a poesia novilatina brasileira; José Antônio Dabdab Trabulsi, da Universidade Federal de Ouro Preto; Guida Nedda Barata Parreiras Horta, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pode parecer pouco crível que, em época pré-internética, as notícias corresse com agilidade, pois logo as coisas começaram a acontecer. O primeiro contato, vindo da USP, foi de Haiganuch Sarian, a qual conheci no intervalo de uma aula, quando ela me entregou a sua proposta para o congresso, juntamente com a de dois de seus orientandos de mestrado: Norberto Luiz Guarinello e Pedro Paulo Abreu Funari. Outro contato veio da parte de Maria Sonsoles Guerras Martín, da UFRJ, que um dia me chamou pelo telefone para dizer que queria enviar propostas dela própria e de outros colegas do curso de História. Esses são apenas dois exemplos dos desdobramentos a partir dos quais fomos, os organizadores, nos dando conta de que a iniciativa respondia a expectativas além do que de início prevíamos e que o congresso seria algo maior do que supuséramos.

Foi um período de trabalho bom em ritmo intenso – e bons trabalhos são sempre intensos. A comissão organizadora contava com professores (Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa, Daniel de Carvalho Gonçalves, Neiva Ferreira Pinto, Rúbio Dias Ribeiro, Vicente de Paulo Iannini, Johnny José Mafra) e alunos (Margareth de Souza Alves Osse, José Maria Soares, Mônica Valéria Costa Vitorino e Alexandre Faustino de Souza), além de com a dedicada secretária do departamento, Mary Lima Santos. O principal era, como sói acontecer, o financiamento. Pelo que se registra no programa, percorremos os órgãos da própria Faculdade de Letras, com seu Centro de Extensão, Colegiado de Pós-Graduação e Diretoria, tendo sido essencial o apoio das diretoras Maria da Conceição Magalhães Vaz de Mello, professora de língua inglesa, e Vanda de Oliveira Bittencourt, de filologia românica; também os órgãos da Universidade, seu Centro Audiovisual, a Faculdade de Direito e a Reitoria, sendo de destacar o interesse do pró-reitor de extensão Evandro José Lemos da Cunha, professor de cinema; mais a Secretaria de Cultura de Minas Gerais; a Secretaria de Cultura e Turismo de Belo Horizonte, capitaneada então por Júlio Varela, criador dos Festivais de Inverno da UFMG; o Consulado da Itália em Belo Horizonte; o Instituto Italiano de Cultura de São Paulo; o Colégio Roma; o Goethe-Institut; a Embaixada da Grécia no Brasil; a Fundação Clóvis Salgado; a Fundação Cultural de Belo Horizonte; a Academia Mineira de Letras; a Varig; e o Centro de Recursos Humanos João Pinheiro. Nem todos contribuíam financeiramente, mas cediam espaços, como o Centro de Recursos Humanos João Pinheiro, onde o congresso aconteceu, a Faculdade de Direito e a Academia Mineira de Letras, onde se realizaram conferências à noite, e a Fundação Clóvis Salgado (Palácio das Artes), onde se fez um ciclo de filmes de Pasolini de temática clássica. Outros cooperaram de outras formas: o Consulado da Itália e o Instituto Italiano de Cultura possibilitaram que tivéssemos os filmes de Pasolini, por

exemplo. Como o CNPq não dava resposta, íamos chegando ao dia do congresso com tudo mais ou menos equacionado. Risco sob controle.

A memória é da Neiva Ferreira Pinto que me faz lembrar de algo que esqueci: nas suas palavras, pedacinhos de papéis com os títulos das conferências e comunicações, datilografados pela secretária do departamento, espalhados pelo chão para que pudéssemos montar um programa que tivesse consistência. Se não havia Internet, não havia também computador – e “cortar e colar” era datilografar, mais cortar e colar com cola mesmo (para quem não foi dessa época, uma máquina de escrever parece um ser tirado de alguma mitologia – como comentou um garoto que visitava uma exposição de engenhocas tecnológicas que se tornaram agora obsoletas, ao ver uma máquina de escrever: que legal, pai, o teclado vem junto com a impressora!). A máquina de nosso departamento era de ponta: uma IBM com esferas, tanto que, no programa, podíamos alternar o tipo courier com itálico, desde que, a cada mudança, trocássemos a esfera. Depois de tudo datilografado, as páginas foram mandadas para a gráfica da Universidade (também não era o tempo do xerox para tudo), a fim de que o programa fosse impresso. Um verdadeiro artesanato.

Como acontece nas melhores histórias (e estórias), os planos se cruzam. Nosso plano inabalável: fazer um congresso em maio. Nosso outro plano também inabalável: fazer uma greve. Aqueles eram anos em que as universidades federais faziam, desde 1979, sua greve anual. O motivo era simples: depois de cada greve, tínhamos o aumento salarial. Como a inflação era impiedosa e, no final de cada ano, comia o ganho da greve anterior, no início do ano seguinte, para novo aumento, só outra greve. Nada de espantoso, a não ser, neste caso, que a greve coincidia com o congresso. A organização da greve contava com comandos locais, por escolas, e com um comando geral, da universidade. Faziam-se, então, assembleias locais, muito concorridas, que preparavam as assembleias gerais, às quais comparecia tanta gente que aconteciam ao ar livre, num espaço ao lado do Instituto de Ciências Exatas. Eu estava uma manhã ocupadíssimo naquela história de datilografar, cortar e colar, quando minha colega, professora de francês, Eliana Scotti Muzzi, subiu ao departamento para avisar que, na assembleia local, iam pôr em votação a realização do nosso congresso durante a greve – pois ele, o congresso, começaria acho que na semana seguinte. Desci imediatamente e, quando chegou o momento, argumentei que o congresso, com pessoas de vários pontos do país, seria uma caixa de repercussão da greve, devia mesmo ser considerado atividade de greve, estando aberto para tudo que o comando julgasse pertinente. Conclusão: decidiu-se por isso. Um dia depois, o nosso coordenador de greve local, nosso colega professor de português Tarcísio Ferreira, apresentou as decisões do comando da Faculdade de Letras, dentre os quais realizar, como atividade de greve, o 1º Congresso Nacional de Estudos Clássicos... iniciativa então aplaudida pelo em torno de dois mil professores presentes.

E o CNPq? Na sexta-feira antes da segunda de início do evento, recebi a informação de que o auxílio tinha sido aprovado e o dinheiro já estava disponível no Banco do Brasil. Na segunda, congresso já acontecendo, fui ao banco para constatar que (se não me engano) os 10 mil (de que moeda?) que eu havia pedido (lembrem-se de que com o conselho da pró-reitora eu havia aprendido a pedir tudo) estavam lá disponíveis! Com isso, o risco do dinheiro ficava

inteiramente superado, o congresso tendo condição de arcar com a hospedagem de todos os que apresentaram trabalhos e reembolsar as passagens que desde o início não havíamos assumido. Ao fim e ao cabo, um risco bem corrido.

Nos albores da história, cumpre dizer a razão que prometi explicitar de fazer toda essa pré-história, talvez excessivamente detalhada e tão refém de minha memória. Foi intencionalmente que a cada nome de cada colega externo ao Departamento de Letras Clássicas indiquei donde procediam, para deixar bem marcado que, embora a iniciativa fosse de nosso departamento, ela nada seria sem tornar-se iniciativa da nossa faculdade e da nossa universidade – incluindo todos os presentes naquelas históricas assembleias de greve! O congresso de linguística, donde brotou a “ideia”, não aconteceu, mas foi da “ideia” dele que brotou a nossa. É assim com as boas ideias. Em todo o esforço dispendido para pôr nossa “ideia” em prática, muita gente atuou, na UFMG e fora dela, muita gente de nossa área e fora dela. Para a minha memória – e recorde que este é um relato memorialístico – esse modo de ação se configura como o mais importante para que aquela iniciativa em princípio modesta tivesse crescido como um rizoma, cultivado por inúmeras mãos.

Dia 21 de maio de 1984, às 7 horas (!!!), era a “entrega de credenciais” na secretaria do congresso, a sessão de abertura acontecendo às 8 horas (!!), com leitura de manifesto sobre a situação das universidades federais em greve, e as duas primeiras conferências, às 8:30 (!), a cargo de Sílvia Maria Schmuziger de Carvalho e Maria Luíza Ramos (parênteses: não consigo imaginar por que tudo assim tão cedo, congratulando a SBEC por ter logo adotado horários mais civilizados). E assim seguiam as atividades tão intensas: duas conferências pela manhã, um curta-metragem na hora do almoço, duas salas de comunicações (sem correria) à tarde (tudo isso no local do congresso), cinema de Pasolini no final da tarde (no Palácio das Artes), mais uma conferência noturna (na Faculdade de Direito ou na Academia Mineira de Letras).

Como este é um relato memorialístico, as Musas (e os arquivos) saberão todos os que estiveram presentes, eu me reduzindo (e cuidando) de registrar apenas aqueles cujos nomes se inscreveram no programa, coordenando sessões e apresentando trabalhos (e assim termino este canto que não é segundo, mas primeiro): José Henrique Santos, Maria Luíza Ramos, Daniel de Carvalho Gonçalves, Neiva Ferreira Pinto, Ruth Silviano Brandão, Myriam Corrêa de Araújo Ávila, Lucia Castello Branco, Ana Lúcia Gazolla, Ana Maria de Almeida, Olinto Carlos da Fonseca, Eneida Maria de Souza, Ângela Tonelli Vaz Leão, Cleonice Paes Barreto Mourão, Johnny José Mafra, Rúbio Dias Ribeiro, Maria Esther Maciel de Oliveira, Sônia Maria Viegas Andrade, Maria da Conceição Magalhães Vaz de Mello, Vanda de Oliveira Bittencourt, Ítalo Mudado, Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa, Ana Maria Viegas, Williams Shi Cheng Li, Oscarino da Silva Ivo, Daniel Valle Ribeiro, Margareth de Souza Alves Osse, Rubens dos Santos e eu (esses, os da UFMG); Sílvia Maria Schmuziger de Carvalho, Maria de Lourdes Ortiz Gandini Baldan, Daisi Malhadas, Maria Celeste Consolin Dezotti, Odette Gertrudes Luíza Altmann de Souza Campos, Alceu Dias Lima, Maria Helena de Moura Neves e Eduardo Peñuela Cañizal (da UNESP de Araraquara); Mariano Parziale (da UFU); Neyde Theml, Dalma Braune Portugal do Nascimento, Norma Musco Mendes e Maria Sonsoles Guerras Martín (da UFRJ); Mauro Eduardo Pommer (da PUC-MG); José Cavalcante de

Souza, Zélia Ladeira Veras de Almeida Cardoso, Filomena Yoshie Hirata, Antônio da Silveira Mendonça, Mary Macedo de Camargo Neves Lafer, Haiganuch Sarian, Norberto Luiz Guarinello, Pedro Paulo Abreu Funari, Ísis Borges Belchior da Fonseca, Massimo Canevacci e Jaa Torrano (da USP); Ana Lúcia Silveira Cerqueira (da UFF); José Perozim e Celso Pontara (também da UNESP); Marco Aurélio Baggio (do CPM); Vivaldi Moreira (da AML); Ênio Aloísio Fonda (da UNESP de Assis); Iracy Correa de Brito Soares (da FFCLBH); Donaldo Schüler (da UFRGS); José Antônio Dabdab Trabulsi (da UFOP); Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras (da FGV); Pedro Segundo Quezada Almonacid (da ESTEB-MG); Júlio Márcio Varela Caldeira (da SCT-BH); Fofó Zarkada Branco (da Embaixada da Grécia), Domingos Sávio Lins Brandão (do CSCJ-BH).

HISTÓRIA 1

Na programação do congresso havia dois momentos que visavam ao futuro: o primeiro, uma discussão aberta sobre formas de cooperação interinstitucional; o segundo, a instalação de um centro de estudos clássicos da UFMG, ideia acalentada há alguns anos e que parecia oportuna durante o congresso, bastando observar o número de pessoas da universidade nele envolvidas, sobretudo aquelas externas ao Departamento de Letras Clássicas. Do primeiro momento, saiu uma comissão encarregada de delinear ações mais concretas, de que participávamos Haiganuch Sarian, Alceu Dias Lima, Neyde Theml, Donaldo Schüler e eu.

Reunida a comissão, Haiganuch Sarian lançou a proposta de que fundássemos uma sociedade de estudos clássicos, ideia logo acolhida por todos. Propôs ainda que a sociedade fosse fundada na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que aconteceria na UFMG no ano seguinte, sendo necessário montar uma programação em estudos clássicos para integrar a programação da SBPC, e criar-se a situação oportuna para a fundação. Essa proposta foi levada à plenária do congresso, que a aprovou, encarregando a mesma comissão de preparar tudo. Mesmo que só informalmente, essa plenária, sem registro de presentes ou ata, funcionou de fato como a primeira assembleia da SBEC, sendo memorável por ter tomado a decisão mais importante: *arkhè pantòs érgou mégiston*, já ensinava Platão. A criação do centro de estudos da UFMG foi abandonada, já que valor mais alto se alevantava, exigindo concentração de esforços.

Os meses que se seguiram até a reunião da SBPC foram de trabalho intenso. Começamos logo a fazer circular um Boletim de Estudos Clássicos, rodado em mimeógrafo e enviado pelo correio para uma lista de pessoas que, partindo dos que estavam no congresso, cresceu rapidamente. A cada leva, novas adesões, sempre em rizoma, ou seja, não se dependia de um centro, mas novos centros se formavam a partir dos quais surgiam outros. Sílvia Costa Damasceno, da UFRJ, por exemplo, estivera no congresso, apenas assistindo, sem apresentar trabalho, porque não ficara sabendo a tempo de inscrever algum, mas foi ela quem fez com que a proposta de fundar a SBEC chegasse a seu departamento de Letras Clássicas, como foi ela que depois teceu o envolvimento dos colegas de filosofia antiga de

sua universidade. Este é só um exemplo, mas outros poderiam ser lembrados, como o de Maria Luiza Kopschitz Bastos, da UFJF, e Donald Schöler, na UFRGS, para não falar no pessoal da USP e da UNESP de Araraquara.

O tema da reunião da SBPC de 1985 era condizente com a fundação e é sempre bom lembrar que foi sob seu lema que a SBEC começou sua história oficial: “Começar de novo”. O governo do General Figueiredo havia terminado em março daquele ano, portanto era um começar de novo para o Brasil, um começar de novo para a sociedade científica brasileira, um começar de novo para os estudos clássicos. As reuniões da SBPC congregavam em seu programa reuniões de outras sociedades científicas – em geral das *hard sciences* – e eram um grande acontecimento também político. Ter um programa de estudos clássicos nesse contexto já era uma primeira conquista. Como seria ter sido a SBEC uma das primeiras sociedades científicas fundadas na esteira da redemocratização do país.

A comissão organizadora reuniu-se uma manhã no Departamento de Letras Clássicas para escrever a proposta de estatuto a ser submetida àquela que seria, oficialmente, a primeira assembleia da SBEC. Haiganuch Sarian havia trazido o estatuto da Sociedade Brasileira de Química e foi com base nele que trabalhamos. Foram duas as reuniões de fundação, acontecidas numa sala do Instituto de Ciências Exatas, ambas presididas por Neiva Ferreira Pinto, então chefe do Departamento de Letras Clássicas.

A primeira, no dia 12 de julho, foi dedicada a firmar o propósito da fundação, discutir que tipo de sociedade queríamos e encomendar que a proposta de estatuto fosse finalizada consoante com isso, para apreciação no dia seguinte. Nessa primeira ocasião, estiveram presentes – com o auxílio da Musa que agora já nos ensinara a escrever atas (pela mão de Maria Isabel d’Agostinho Fleming): Haiganuch Sarian, Mary Macedo de Camargo Neves Lafer, Filomena Yoshie Hirata, Pedro Paulo Abreu Funari, Álvaro H. Allegrette, Ana Claudia Torralvo, Norberto Luiz Guarinello, José Dejalma Dezotti, Cássia Regina Coutinho, Alceu Dias Lima, Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras, Sílvia Costa Damasceno, Luiz Carlos Stamato, Maria Luiza Corassin, Rúbio Dias Ribeiro, Jacyntho Lins Brandão, Donald Schöler, Williams Shi Cheng Li, Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa, Afonso A. Dick, Míriam Barcelos Goettems, Lúcia Sá Rebello, Ruth Junqueira de Faria, Nely Maria Pessanha, Marilda Evangelista dos Santos Silva.

No dia marcado, 13 de julho de 1985, aprovaram-se os estatutos, decidiu-se que a sede da sociedade seria em Belo Horizonte, elegeu-se a primeira diretoria: Haiganuch Sarian, presidente; Donald Schöler, vice-presidente; Sílvia Costa Damasceno, tesoureira; eu, secretário-geral; e Neiva Ferreira Pinto, secretária adjunta. Os que assinaram a ata de fundação, enquanto fundadores, são os que estiveram na reunião do dia anterior, mais: Suzanna Mendes de Mello, Johnny José Mafra, Norma Musco Mendes, Regina da Cunha Bustamante, Ana Lúcia Silveira Cerqueira, José Geraldo Heleno, Guida Nedda Barata Parreiras Horta, Maria Celeste Consolin Dezotti, Deborah Silva de Queiroz, Maria Adília Pestana Starling. A condição de sócios-fundadores foi estendida a todos os que se inscrevessem na SBEC até o final daquele primeiro ano de existência.

HISTÓRIA 2

De acordo com o que previa o estatuto, a assembleia decidiu ainda que a primeira reunião anual da SBEC acontecesse no âmbito da reunião anual da SBPC de 1986. Era costume que as sociedades científicas fizessem suas reuniões como parte do programa da SBPC, o que nos parecia uma estratégia importante também para a SBEC, naquele momento.

Aquela altura, nós já havíamos aprendido a organizar eventos e, registre-se, o apoio do CNPq se manteve constante, permitindo que passagens e hospedagem de todos os que apresentavam trabalhos fossem arcadas pela organização. A questão, todavia, é que a reunião da SBPC se realizaria em Curitiba, e não tínhamos ninguém de lá para nos auxiliar. Como secretário geral, organizei tudo a partir de Belo Horizonte, elaborando o programa, comprando as passagens e, por telefone, fazendo as reservas de hotel.

Quando enviamos nossa programação, a SBPC considerou que era muito extensa. É que já éramos mais de uma centena de sócios e a participação de todos era esperada. Em São Paulo, Haiganuch Sarian marcou uma reunião com Carolina Bori, então presidente da SBPC, em que afirmou que cortar algo no nosso programa seria uma catástrofe. Deu resultado: a totalidade de nossa proposta foi aceita.

Em julho, quando começamos a chegar a Curitiba, os problemas começaram a surgir. Como a reunião da SBPC era muito grande, na verdade maior do que a cidade comportava, os hotéis haviam simplesmente trabalhado com *overbooking*. Então, havia gente que chegava sem que o hotel dispusesse dos apartamentos reservados. Ainda bem que Haiganuch Sarian recuperou, com o hotel, a lista de nossas reservas, que afinal foram atendidas, não sem que as pessoas tivessem de exercitar a paciência até tudo se arranjar.

Durante nossa primeira reunião anual estava pautada a discussão sobre o 2º Congresso Nacional de Estudos Clássicos. Havia-se acertado que, as reuniões acontecendo todo ano, de cinco em cinco anos haveria os congressos. Como o primeiro havia sido o de 1984, o segundo seria em 1989. A Secretaria Regional do Rio Grande do Sul se dispusera a fazê-lo, sob a liderança de Donald Schüller, Míriam Barcellos Goettems e Myrna Mariza Bier Appel. Propuseram como tema “Atualidade do Mito”, com um programa abrangente, que dos clássicos se abria até os contemporâneos. Havia uma comissão pluridisciplinar e interinstitucional para discutir a questão, que gerou um debate bastante acalorado em torno daquilo que já se expressara na assembleia de preparação para a fundação: qual o escopo da SBEC e qual a sua abrangência, isto é, ficar na Antiguidade ou abrir-se para a tradição clássica e, considerando que essa abertura havia sido a alternativa escolhida, qual a amplitude dela. Chegou-se a um impasse, que levou a que a proposta do Rio Grande do Sul fosse retirada.

Esse foi sem dúvida um grande teste para a SBEC. No dia seguinte ao da reunião da comissão, eu demorei a chegar onde acontecia o evento e tão logo cheguei fui inteirado da situação por nossa presidente e outros colegas. Dizendo de um modo simplista, mas que não me deixa esquecer o que se passava, – se posso resumir assim – o Rio de Janeiro havia-se aliado ao Rio Grande do Sul contra São Paulo, os mineiros estando em cima do muro. Haiganuch Sarian demonstrou então toda sua fleugma diplomática, tomando decisões importantes, das quais tive o prazer de participar. Em primeiro lugar, marcou uma conversa

com Donaldo Schüler, em que ambos confirmaram o quanto sabiam agir com nobreza em momentos de crise, movidos pela mútua admiração pelo trabalho que realizavam e pelo ideal que a SBEC representava para todos. Por outro lado, à noite, convocou de novo a comissão do congresso, ocasião em que foram apresentados pedidos de desculpas da parte de alguns de seus membros pela forma como haviam se referido ao projeto trazido pelos colegas de Porto Alegre durante a discussão anterior. Chegou-se ao acordo de que a proposta “Atualidade do mito” fosse levada à assembleia geral, tendo sido sugerido ainda outro tema, “A cidade no mundo antigo”.

Na assembleia geral realizada em 12 de julho de 1986, os dois temas foram apresentados, para deliberação. Na ocasião, a presidente, argumentando que os temas de congresso deveriam ser amplos o suficiente para atender às expectativas da sociedade como um todo, sugeriu um terceiro: “Mito, religião e sociedade”. Como a comissão de Porto Alegre manteve a retirada da sua proposta, aprovou-se “Mito, religião e sociedade”, prevendo-se que aconteceria em São Paulo – o que se concretizou na data prevista (sendo de destacar que foi então que, pela primeira vez, colegas argentinos estiveram presentes, iniciando um bom processo de intercâmbio). Registre-se também que o tema “Atualidade do mito” não se perdeu, mas foi objeto de um grande seminário internacional realizado em Porto Alegre, pela Secretaria Regional da SBEC, em junho de 1987, na sequência de outro evento, acontecido em 1986, sobre “As formas do épico”. Essas duas últimas referências servem para não deixar de registrar que as secretarias regionais da SBEC, nesses anos de aprendizado, desenvolviam intensamente atividades variadas, com ênfase na criação de semanas de estudos clássicos (mas essas já são outras memórias a exigir que se convidem para escrevê-las outros memorialistas).

Por que relato com tanto detalhamento os fatos acontecidos em Curitiba e provavelmente de um modo até inadequado? Porque considero que foi com seu desenrolar que a fundação da SBEC chegou a seu *téllos*. Isso quer dizer que havíamos passado pelo primeiro teste, por um embate que poderia ter levado à própria extinção da nossa sociedade. O que prevaleceu, contudo, foi o bom senso. Aprendemos a ouvir nossas diferenças. A discuti-las com todo ânimo e vontade – mas com a boa vontade de continuarmos juntos. De um certo ponto de vista, a SBEC era uma sociedade que tinha tudo para dar errado. Não tanto por congregar pessoas de vários lugares, em termos geográficos e de instituições, o que sempre é um ganho, mesmo que exija de todos capacidade de articulação. O que tinha para dar errado era ser uma sociedade multidisciplinar, provavelmente a única existente naquela época, o que exigiu o cuidado de aprender a equilibrar espaços de decisão e programas de atividades entre arqueologia, filosofia, história, letras – para falar só das áreas principais donde provêm nossos sócios –, sem se esquecer da tradição clássica que vem dos antigos até a contemporaneidade.

Então, partindo de Curitiba, podíamos ter certeza de que a SBEC partia viva e madura. Dizendo de outro modo: tínhamos a sensação de que ela, afinal, tinha dado certo. O que, para um memorialista – e acredito que também para quem o lê – só pode constituir uma excelente memória.